

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

CNPJ nº 10.835.932/0001-08 | CVM nº 01436-2 | Companhia Aberta



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

DESTAQUES (R\$ MM) 4T25	4T25		4T24		Δ %		2025		2024		Δ %	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Margem Bruta	728	704	3%	2.702	2.451	10%						
EBITDA	560	499	12%	1.804	1.503	20%						
EBITDA Caixa	559	366	53%	1.563	1.214	29%						
Resultado Financeiro	(277)	(263)	5%	(1.097)	(989)	11%						
Lucro Líquido	171	114	50%	659	94	601%						

INDICADORES OPERACIONAIS												
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	5.232	5.164	1,3%	20.000	19.654	1,8%						
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativo + livre + GD)	4.214	4.162	1,2%	16.311	16.203	0,7%						
Número de Clientes (mil)	4.212	4.110	2,5%									
DEC anualizado (horas)	10,36	10,97	(6%)									
FEC anualizado (interrupções)	4,24	4,55	(7%)									
Perdas de Distribuição (%)	18,26%	17,93%	2%									

Indicadores Financeiros de Dívida			
	2025	2024	Variação
Dívida Líquida/EBITDA ¹	4,36	5,14	(0,78)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

² EBITDA 12 meses

Destaque Financeiro e Operacional:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 5.232 GWh no 4T25 (+1,3% vs. 4T24) e de 20.000 GWh em 2025 (+1,8% vs. 2024).
- EBITDA no 4T25 de R\$ 560 milhões (+12% vs. 4T24) e em 2025 de R\$ 1.804 milhões (+20% vs. 2024). Já o EBITDA Caixa (ex-VNR) foi de R\$ 559 milhões no 4T25 (+53% vs. 4T24) e de R\$ 1.563 milhões em 2025 (+29% vs. 2024).
- Lucro Líquido de R\$ 171 milhões no 4T25 (+50% vs. 4T24) e de R\$ 659 milhões em 2025 (+601% vs. 2024);
- R\$ 1,1 bilhão de Capex em 2025, maior parte dedicada à expansão da rede;
- DEC 12 meses de 10,36h (abaixo do regulatório de 11,63h) e FEC 12 meses de 4,24x (abaixo do regulatório de 6,69x).
- Assinatura do termo aditivo da Antecipação da Renovação da Concessão de Neoenergia Pernambuco até 30/03/2030.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com grande satisfação que apresento os resultados de 2025 da Neoenergia Pernambuco: um ano marcado pela consolidação da nossa evolução operacional, pela entrada em um novo ciclo tarifário, pelo recorde de investimentos e pelo início de grandes projetos com impactos relevantes para nossos clientes. Iniciamos a construção de uma nova sede corporativa e prorrogamos, de forma antecipada, a concessão por mais 30 anos, com vigência até 2030, garantindo segurança jurídica e continuidade dos serviços essenciais ao Estado.

A renovação antecipa investimentos estratégicos de mais de R\$ 5 bilhões até 2029, voltados à expansão da rede, modernização tecnológica, resiliência climática e sustentabilidade, incluindo projetos emblemáticos como a descarbonização de Fernando de Noronha e o embutimento da rede no Recife Antigo. Essa medida reforça nosso compromisso com qualidade, eficiência e inovação no fornecimento de energia para milhões de pernambucanos.

Iniciamos um novo ciclo de revisão tarifária, mais eficiente, com melhor cobertura das perdas, além do pleno reconhecimento dos investimentos de R\$ 4,1 bilhões realizados no ciclo 2021-2024. E não para por aí: em 2025, realizamos um investimento recorde de R\$ 1,1 bilhão, colocamos em operação a subestação de Maria Farinha, no litoral norte, e ampliamos a potência das subestações de Campús e Surubim, no Agreste, e Tejiú, na Região Metropolitana do Recife. Reforcamos a estrutura elétrica das praias do litoral sul com investimentos no ordem de R\$ 70 milhões e ampliamos a tecnologia e resiliência do sistema elétrico com a implantação de 50 novos religadores automáticos e 90 km de redes recondicionadas, reforçando nosso compromisso com a melhoria da qualidade do fornecimento para os 4,1 milhões de clientes.

Os investimentos em redes e tecnologia trouxeram melhorias expressivas nos indicadores de continuidade. No DEC, atingimos o menor patamar da nossa série histórica, com 10,36 horas, e o mesmo ocorreu com a frequência de interrupções, com FEC de 4,24 — ambos abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2025, alcançamos uma performance operacional excepcional, com melhoria consistente em todos os indicadores de produtividade. Esse avanço reflete a eficiência dos nossos processos, a dedicação das equipes e a adoção de práticas inovadoras que garantiram maior qualidade, agilidade e confiabilidade nas operações. Os resultados demonstram nosso compromisso contínuo com a excelência e a geração de valor para clientes e stakeholders.

A Neoenergia Pernambuco também investiu em novas conexões. Na geração distribuída, o volume chegou a 52 mil novos geradores, e as ligações novas ultrapassaram 141 mil, entre conexões diretas e aquelas que demandam obras de pequeno, médio e grande porte.

Além das novas conexões solicitadas pelos clientes, a companhia investiu fortemente na regularização dos clandestinos, com o objetivo de fornecer energia com qualidade e segurança para cada vez mais pessoas. Foram mais de 75 mil clandestinos regularizados, e as inspeções realizadas superaram a marca de 140 mil. Também instalamos mais de 4 mil medições antifurto (MAF), agregando 19,8 GWh de energia.

Tudo esse trabalho só pode ser desenvolvido de forma eficaz quando cuidamos das pessoas. Na Neoenergia Pernambuco, a segurança é um valor primordial. Realizamos mais de 29 mil ações em comunidades em 2025, ressaltando a importância do cuidado com a convivência com a rede elétrica. Foram mais de 700 mil pessoas impactadas por essas iniciativas.

Em 2025, alcançamos uma certificação de reconhecimento na ISO 45001, que trata da Saúde e Segurança Ocupacional dos colaboradores. O edifício-sede e as unidades de Arcoverde, Garanhuns, Goiana, Serra Talhada e Carpina receberam as certificações, enquanto Palmares, Timbaúba, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão obtiveram o aval pela primeira vez, alcançando 47% do número de sites certificados da companhia.

Reafirmamos nosso compromisso com o meio ambiente: investimos R\$ 350 milhões em um sistema de energia solar sustentável para acelerar a descarbonização da Ilha de Fernando de Noronha.

Com todas essas e muitas outras ações, o EBITDA da companhia superou R\$ 1,8 bilhão, ficando 20% maior do que no ano anterior — resultado direto do trabalho diário de todos os nossos colaboradores. Esse esforço também nos trouxe importantes reconhecimentos: conquistamos o segundo lugar no ranking GPTW como uma das melhores empresas para se trabalhar e ficamos em segundo lugar no prêmio Melhores em Gestão, da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) — resultados que celebramos com orgulho junto às nossas equipes. Recebemos ainda o selo da OAB como Instituição que Valoriza a Diversidade e alcançamos o 1º lugar no Prêmio ABRACONEE 2025, referência no setor elétrico brasileiro. Essas conquistas reforçam nosso compromisso com transparência, responsabilidade e excelência na gestão — pilares que fazem parte do Nosso Jeito de fazer o que é certo.

Fortalecidos pelos resultados sólidos de 2025, iniciamos 2026 com energia renovada e determinação para transformar desafios em conquistas. Juntos — profissionais, parceiros e acionistas — seguiremos impulsionando um crescimento sustentável, inovador e gerador de valor para todos. O futuro começa agora, e contamos com cada um para fazer dele um marco de excelência!

Obrigado e vamos em frente!

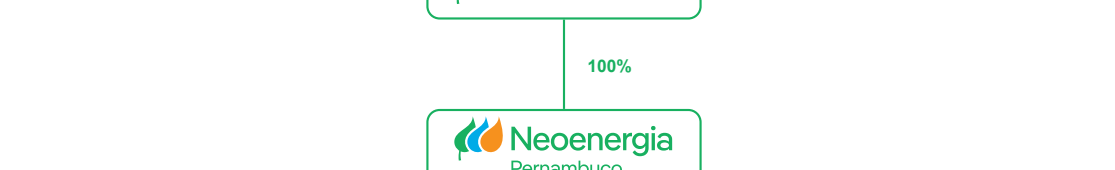
Saulo Cabral e Silva
Diretor Presidente da Neoenergia Pernambuco

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Pernambuco detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a Estrutura Acionária da Companhia era:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando em 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Modernização Setorial
Em 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nos 1.300 e 1.304, convertidas nas Leis nos 15.235 e 15.269, que trataram de diversos itens de modernização setorial, com reflexos transversais em todos os negócios da Neoenergia.

Entre as principais iniciativas da MP 1.300/2025, destaca-se a criação do Programa Luz do Povo, que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica ao estabelecer a gratuidade da conta de luz. A MP nº 1.304/2025, tratou de temas estruturais como a abertura do mercado de energia, o armazenamento e os cortes de geração, conhecidos como curtailment.

A implementação do novo marco regulatório, contudo, depende da edição de normas infralegais, cujo avanço é esperado ao longo de 2026. Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) 2987/2015, teve aprovação do texto substitutivo do relator, que trouxe aspectos suprimidos da MP 1.300/2025, bem como outros temas, como armazenamento de energia e indenização por interrupções.

3.2. Abertura de Mercado
Em 2025, foi publicada a Lei nº 15.269, que previu a abertura do mercado livre para o Grupo B – Baixa Tensão (inferior à 2,3 kV) em duas etapas:
• em até 24 meses de publicação da Lei (novembro de 2028) para os consumidores comerciais e industriais; e
• em até 36 meses de publicação da Lei (novembro de 2029) para os demais consumidores.

A medida veio acompanhada de outras definições, dentre as quais destaca-se a criação do Supridor de Última Instância, figura responsável por atender os consumidores varejistas que se encontrem temporariamente sem fornecedor no mercado livre.

Outra definição foi o compartilhamento dos efeitos financeiros da sobrecontratação ou da exposição involuntária das distribuidoras decorrentes da migração de consumidores ao mercado livre entre todos os consumidores regulados e livres, mediante encargo tarifário.

3.3. Prorrogação das Concessões das Distribuidoras
Em 20/06/2024 foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual. Em 16 de outubro de 2024 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, cujo resultado foi o modelo do termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição, que foi aprovado em 25 de fevereiro de 2025. Em 17/09/25 foi assinado o Termo Aditivo da Prorrogação da Concessão da Neoenergia Pernambuco, sem qualquer onerosidade, por um período de 30 anos com vigência de 30 de março de 2030 até 30 de março de 2060, nos termos da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995.

3.4. Processo de Atualização Tarifária
Em 29 de abril de 2025, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária da Neoenergia Pernambuco. As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril, com efeito médio de 0,61%, sendo 3,00% para a baixa tensão e -7,10% para clientes da em alta e média tensão.

A Parcela B da Neoenergia Pernambuco atingiu R\$ 2.818 milhões, com variação no período de 16,2% em relação à verificada nos últimos 12 meses, valor líquido de outras receitas e das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos. A Parcela A teve valor fixado em R\$ 5.328 milhões, apresentando variação no período de 3,9%, contribuindo com o índice final com 2,66%. Os componentes financeiros participaram no índice final com -7,25. Paralelamente à atualização tarifária, o valor homologado foi de R\$ 8.284 milhões, valores de abril de 2025, refletindo reconhecimento dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Elétricas Totais Regulatórias reconhecidas na tarifa, a ANEEL estabeleceu o percentual equivalente a 16,11% sobre a energia injetada (inclui a taxa da MMGD compensada), um aumento de 0,91 p.p. em relação à cobertura anterior.

3.4. Taxa Regulatória de Remuneração de Capital - WACC
Em 27 de março foi divulgado o Despacho ANEEL nº 882/2025, que atualizou os valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos de revisão tarifária a partir de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026. Posteriormente, em 30 de abril de 2025, a ANEEL publicou uma retificação do despacho 882/2025 com alterações nas taxas de remuneração. A taxa final real antes dos impostos foi de 12,17% para distribuição e de 11,95% para a Geração e Transmissão. A taxa real depois dos impostos ficou em 8,03% para as distribuidoras e 7,89% para as geradoras e transmissoras.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2025 com 4.212 mil consumidores, 102 mil novos consumidores em relação a 2024 (+2,5%).

Número de Consumidores (Em milhares)	2025		2024		Participação no Total %		2025 / 2024	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Residencial	3.830	3.725	90,9%	90,6%	105	2,8%		
Industrial	6	6	0,1%	0,1%	-	-		
Comercial	228	227	5,4%	5,5%	1	0,4%		
Rural	113	118	2,7%	2,9%	(5)	(4,2%)		
Outros	35	34	0,8%	0,8%	1	2,9%		
Total	4.212	4.110	100,0%	100,0%	102	2,5%		

4.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Pernambuco no 4T25 foi de 4.214 GWh, +1,2% vs. 4T24 e 16.311 GWh em 2025, +0,7% vs. 2024. Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)	4T25 x 4T24		Participação no Total %		2025 x 2024		Participação no Total %	
	4T25	4T24	Dif.	%	4T25	4T24	Dif.	%
Residencial	1.492	1.498	(6)	(0,4%)	64,4%	60,3%	5.881	5.985
Industrial	43	70	(27)	(39,3%)	1,9%	2,8%	186	312
Comercial	322	428	(106)	(24,7%)	13,9%	17,2%	1.325	1.795
Rural	128	136	(8)	(6,3%)	5,5%	5,5%	464	465
Outros	333	352	(19)	(5,3%)	14,4%	14,2%	1.355	1.462
 Mercado Cativo	2.318	2.485	(167)	(6,7%)	55,4%	60%	9.210	10.018
Industrial	749	714	35	4,9%	54,2%	56,1%	2.908	2.793
Comercial	415	349	66	18,9%	30,0%	27,4%	1.576	1.313
Rural	20	16	4	28,0%	1,5%	1,2%	69	49
Outros	133	129	4	3,5%	9,6%	10,1%	524	477
Suprimentos	65	65	-	0,8%	4,7%	5,1%	254	237

Mercado Livre + Suprimento	Neoenergia Pernambuco		4T25 x 4T24		Participação no Total %		Neoenergia Pernambuco		2025 x 2024		Participação no Total %	
	4T25	4T24	Dif.	%	4T25	4T24	2025	2024	Dif.	%	2025	2024
Mercado Livre + Suprimento	1.383	1.273	110	8,7%	33%	31%	5.330	4.869	461	9,5%	33%	30%
Residencial	247	191	56	29,2%	48,3%	47,3%	879	614	265	43,1%	49,6%	46,7%
Industrial	30	27	3	10,6%	5,8%	6,7%	102	90	12	13,5%	5,8%	6,9%
Comercial	203	156	47	29,5%	39,6%	38,7%	681	521	160	30,7%	38,5%	39,7%
Rural	24	24	-	2,3%	4,8%	5,9%	85	65	20	31,8%	4,8%	4,9%
Outros	8	6	2	42,4%	1,6%	1,4%	24	24	-	(2,6%)	1,3%	1,8%
Energia de compensação GD	512	404	108	26,7%	12%	10%	1.771	1.314	457	34,8%	11%	8%
Residencial	1.739	1.690	49	2,9%	41,3%	40,6%	6.759	6.599	160	2,4%	41,4%	40,7%
Industrial	822	812	10	1,3%	19,5%	19,5%	3.196	3.195	1	0,0%	19,6%	19,7%
Comercial	940	934	6	0,7%	22,3%	22,4%	3.582	3.629	(47)	(1,3%)	22,0%	22,4%
Rural	173	176	(3)	(2,0%)	4,1%	4,2%	617	578	39	6,7%	3,8%	3,6%
Outros	474	486	(12)	(2,4%)	11,3%	11,7%	1.902	1.963	(61)	(3,1%)	11,7%	12,1%
Suprimentos	65	65	-	0,8%	1,5%	1,6%	254	237	17	7,2%	1,6%	1,5%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	4.214	4.162	52	1,2%	100%	100%	16.311	16.203	108	0,7%	100%	100%

No 4T25, o consumo residencial consolidou 1.739 GWh, +2,9% vs. 4T24 e 6.759 GWh em 2025, +2,4% vs. 2024, influenciado, sobretudo, por temperaturas superiores no trimestre, além do crescimento da base de clientes.

No 4T25, o consumo da classe industrial apresentou aumento de 1,3% vs. 4T24, explicado, principalmente, pelo desempenho do setor de alimentos e bebidas. Já o acumulado de 2025 ficou em linha com 2024.

A classe comercial consolidou 940 GWh no 4T25, em linha com 4T24, e de 3.582 GWh em 2025, -1,3% vs. 2024.

Um cliente rural encerrou o trimestre com consumo de 173 GWh, -2,0% vs. 4T24, e de 617 GWh em 2025, +6,7% vs. 2024, devido a menor volume de chuvas no acumulado do ano, o que gerou uma maior demanda de irrigação.

No 4T25, as outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) totalizaram 474 GWh de consumo, -2,4% vs. 4T24, e de 1.902 GWh em 2025, -3,1% vs. 2024, com destaque para o declínio da classe Iluminação Pública.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada total incluindo GD atingiu o patamar de 5.232 GWh no 4T25, +1,3% vs. 4T24 e de 20.000 GWh em 2025, +1,8% vs. 2024, influenciado por temperaturas superiores em 2025 e pelo crescimento da base de clientes.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T25		4T24		4T25 x 4T24		2025		2024		2025 x 2024	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Dif.	%	Valor	Variação	Valor	Variação	Dif.	%
Mercado Cativo	2.318	2.485	(167)	(6,7%)	9.210	10.018	(808)	(8,1%)				
Mercado Livre + Suprimento	1.383	1.273	110	8,6%	5.330	4.869	461	9,5%				
Energia Distribuída (A)¹	3.702	3.758	(56)	(1,5%)	14.540	14.888	(348)	(2,3%)				
Energia Perdida (B)	765	855	(90)	(10,5%)	3.261	3.277	(16)	(0%)				
Não Faturado (C)	114	60	54	90,0%	(13)	(24)	11	(46%)				

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

6. INVESTIMENTOS

A Neoenergia Pernambuco realizou Capex de R\$ 1.076 milhões em 2025, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

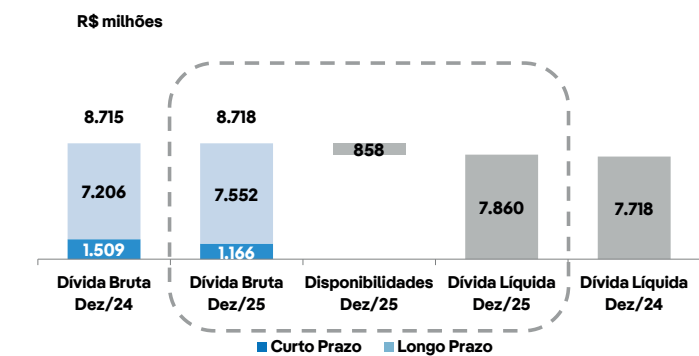
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Pernambuco		
	2025	2024	Δ %
Expansão de Rede	594	463	28%
Novas Ligações	455	346	32%
Novas SE's e RD's	138	114	21%
Compromisso ECV	2	4	(57%)
Renovação de Ativos	185	208	(11%)
Melhoria da Rede	80	59	36%
Perdas e Inadimplência	119	112	5%
Outros	110	59	87%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	37	(14)	(371%)
(=) Investimento Bruto	1.125	887	27%
SUBVENÇÕES	(12)	(20)	(39%)
(=) Investimento Líquido	1.113	867	28%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(37)	14	(371%)
(=) CAPEX	1.076	881	22%
Base de Anuidade Regulatória	110	59	87%
Base de Remuneração Regulatória	978	842	16%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

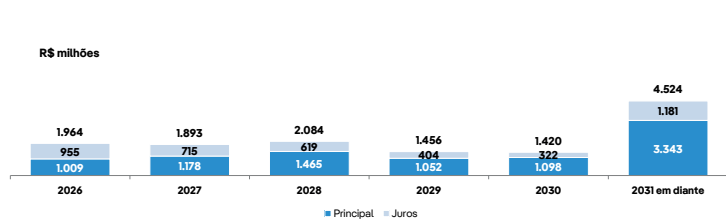
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 7.860 milhões (dívida bruta de R\$ 8.718 milhões), apresentando um crescimento de 2% (R\$ 142 milhões) em relação a dezembro de 2024. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 87% da dívida contabilizada no longo prazo e 13% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025.



8. RATING

Em 25 de novembro de 2025, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em 'BB' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	Neoenergia Pernambuco			2025 x 2024	
	2025	2024	Dif.	%	
Convencional	2.629	2.498	131	5,2%	
Baixa Renda	1.201	1.227	(26)	(2,1%)	
Total	3.830	3.725	105	2,8%	

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

Em 2025, a Companhia deliberou os seguintes provistos:

- (i) Dividendos de R\$ 23.412 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 14/04/2025 e pagos em 28/05/2025;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 144.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2025 e com previsão de pagamento até 31/12/2026.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2025 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Pernambuco reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por cinco representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem bimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou por 2 (dois) de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por quatro membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou extraordinariamente sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre sistematicamente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos suportáveis foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.2.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Respeito dos Direitos Humanos e uma Política de Gestão Sustentável do Capital Humano e Prevenção do Assédio que orientam suas práticas para prevenir o assédio, promover um ambiente profissional diverso, inclusivo, respeitoso e livre de discriminação. Além de atrair, selecionar, gerir, promover e reter os melhores talentos, fomentar o desenvolvimento e a capacitação contínua das pessoas. Também incentivamos e reconhecemos o mérito e o desempenho com equidade, valorização do capital intelectual e promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, impulsionando o desenvolvimento, a criatividade, a produtividade e a melhoria das experiências das pessoas.

Em 2025, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, continuamos investindo na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Seguimos realizando formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis.

Sobre o tema diversidade, em 2025, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- **Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho:** como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- **Conteúdos de diversidade e inclusão:** foram mais de 7 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- **Vilarejos Juntos:** rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTQ+ no ambiente de trabalho, maternidade, paternidade, autismo e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, são alguns dos temas tratados;
- **Potencialize:** segunda edição do programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras, desta vez com 58 participantes;
- **Compromissos públicos:** este ano firmamos parceria com o Fórum de empresas LGBTI;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas;
- **Intercâmbio racial e outras diversidades:** Trilha de formação para os times de RH e Marketing contribuindo para o posicionamento estratégico e sustentável da empresa com os públicos internos e externos.

Mantendo nosso alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia, com foco na participação de mulheres, buscando a equidade de gênero no setor, uma vez que mais de 80% dos formados são contratados pela Neoenergia.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia por estimular boas práticas das empresas, foi citada no fórum econômico mundial por possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade de Harvard para ser estudado o impacto desse projeto na sociedade e na operação. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricistas, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2025, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os ODS. No ano, foram registradas 4.883 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030. Algumas ações de 2025 que foram destaques:

- **Inspire Meninas a Sonhar:** Colaboradoras engenheiras ou mulheres formadas em profissões de exatas, receberam na empresa 213 meninas em idade escolar para conhecer o dia a dia dessas mulheres, rotina, os temas abordados para que elas vejam que é possível atuar em áreas de exatas;
- **Operação Quilô:** Recolheu 44,6 toneladas de alimentos em 2025, distribuídas a 132 instituições filantrópicas, beneficiando 12.386 pessoas;
- **Campanha de doação de roupas:** Arrecadadas 24.281 mil peças, beneficiando 10.046 mil pessoas;
- **Gincana da Solidariedade:** Arrecadou 54.360 mil itens de higiene pessoal;
- **Semanas Internacionais de Voluntariado:** Iniciativa global promovida pela Iberdrola, registrou 6.122 mil horas de voluntariado no Brasil e 33.086 beneficiados. As ações incluíram múltiplas doações de sangue, esporte solidário, momento cultural com idosos e educação para crianças, entre outros;
- **Árvore da Solidariedade:** Tradicional ação natalina realizada em seis estados, beneficiando 2.198 crianças, jovens e idosos em 2025.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores e órgãos da Administração ao final de 2025, além da remuneração segregada por gênero.

Nº Colaboradores	Mulheres		Homens		Total	% Mulheres
	2025	2024	2025	2024		
Liderança	66	123	189	34,9%		
Não Liderança	617	2.491	3.108	19,9%		
Total	683	2.614	3.297	20,7%		
Órgão da Administração	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres		
Diretoria	1	3	4	25,0%		
Conselho de Administração	1	4	5	20,0%		
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	4	0,0%		
Conselho Fiscal - Suplentes	2	2	4	50,0%		
Remuneração média anual (R\$)¹	Mulheres	Homens				
Liderança	264.442	330.792				
Não Liderança	84.756	76.857				

¹ Considera média anual de remuneração fixa e variável. Não são considerados eletricistas.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

Às vésperas da COP30, a Neoenergia lançou o projeto da construção da Usina Solar Noronha Verde, um investimento de R\$ 350 milhões que permitirá a descarbonização da matriz elétrica de Fernando de Noronha. O projeto inclui mais de 30 mil painéis solares e um sistema de baterias de grande capacidade para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No mesmo evento, a empresa entregou a primeira usina solar flutuante do arquipélago, instalada no Açude do Xaréu, que vai atender 30% do consumo da ilha e evitar 717 toneladas de CO₂ por ano, e reforçando o compromisso da Neoenergia com a aceleração da transição energética e com a adoção de tecnologias de baixo carbono em territórios de alta relevância ambiental.

Durante a COP30, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTi, assumindo compromisso de zerar emissões líquidas até 2039. O reconhecimento reforça o protagonismo da empresa na transição energética e contribui para indicadores vinculados ao financiamento da IFC. As metas aprovadas incluem fortes reduções nos Escopos 1, 2 e 3 – com cortes de até 90% nas emissões indiretas até 2039 – alinhando a Companhia ao Acordo de Paris e à ciência climática.

Outro destaque durante a COP 30, foi a iniciativa da Iberdrola e Neoenergia, que levou jovens do PerifaConnection e Observatório das Baixadas ao evento para discutir oportunidades de emprego na economia verde e como a transição energética pode abrir novas carreiras, além dos desafios para aproveitá-las.

A Neoenergia reforça seu compromisso com a transição energética ao integrar a Coalizão do Setor Elétrico, iniciativa que reuniu empresas e associações para propor medidas voltadas à transição energética e à descarbonização, incluindo recomendações para a COP30 sobre matriz renovável, redução de emissões e investimentos em infraestrutura.

A Neoenergia contribuiu com expertise e facilitou o acesso seguro e eficiente às energias renováveis.

A Companhia também firmou uma parceria com a Honda para desenvolver soluções de hidrogênio verde aplicadas à mobilidade no Brasil. A cooperação será baseada no primeiro posto de abastecimento de hidrogênio verde da Neoenergia, em Brasília, projeto de P&D da Aneel com investimento acima de R\$ 30 milhões. O objetivo é acelerar a descarbonização do setor automotivo e avançar rumo à neutralidade de carbono até 2050, meta compartilhada pelas duas empresas.

Por fim, a Companhia também recebeu um empréstimo de 300 milhões de euros da EIB Global para modernizar e expandir a rede da Neoenergia Coelha. Os recursos serão usados para ampliar ligações, automatizar sistemas e levar energia limpa a mais comunidades, especialmente de baixa renda. O acordo foi celebrado durante a COP30 e está alinhado ao Pacto Ecológico UE-Brasil, à estratégia Global Gateway e às metas climáticas do Acordo de Paris. Segundo o BEI e a Neoenergia, o projeto fortalecerá a infraestrutura elétrica do estado e facilitará o acesso seguro e eficiente às energias renováveis.

A atualização do resultado das metas de ESG de 2025 serão divulgadas no relatório de sustentabilidade.

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia para garantir nossos avanços em sustentabilidade, eficiência e competitividade, sendo esse um processo descentralizado e aberto que se integra a todos os nossos Negócios. Esse esforço é potencializado pela diversidade dos nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite o equilíbrio entre atividades rotineiras e iniciativas inovadoras. A partir da estratégia first to market (primeiro a chegar ao mercado), exploramos tecnologias emergentes, em consonância com os nossos compromissos de sustentabilidade.

Nossos esforços de inovação estão estruturados em cinco eixos principais:

- **Tecnologias Disruptivas – Foco** no desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções mais eficientes e sustentáveis que otimizem as operações.
- **Novos Produtos e Serviços – Criação** de ofertas personalizadas que atendam às necessidades dos clientes.
- **Digitalização e Automação – Uso** de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e big data (análise e interpretação de grandes volumes de dados) e machine learning (aprendizado de máquina) para integrar e otimizar processos.
- **Inovação Colaborativa – Parcerias** com startups, universidades e fornecedores para o desenvolvimento de novos modelos de negócios e para impulsionar inovações incrementais e disruptivas.
- **Cultura de Inovação – Fomento** a um ambiente que valoriza talentos e práticas inovadoras.

A governança da inovação é reforçada pela plataforma colaborativa Go In, que promove a geração de soluções. Em 2025, a terceira edição do Programa Inovamos resultou em mais de 1.900 ideias, um aumento de 108% em relação a 2024.

Em 2025, destinamos R\$ 468,4 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI, um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior. O valor inclui R\$ 168,9 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outras regulamentações.

Nos últimos três anos, os projetos regulados pela Anel envolveram mais de 1,2 mil pesquisadores e cerca de 44 parceiros tecnológicos.

O detalhamento dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação pode ser encontrado em página de PDI (https://www.neoenergia.com/pesquisa-desenvolvimento-inovacao).

10.3. Educação e Cultura

Através do Programa Energizar, seguimos com os cursos focados nos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, educação e renda em parceria com a Rede Muda Mundo. No ano, disponibilizamos cursos de saúde física, danças, alfabetização de adultos, reforço escolar, libras, culinária, gastronomia, dentre outros. A novidade em 2025 foi que o programa passou a contar com núcleos de produção nos quais algumas das mulheres formadas nos cursos de renda poderão trabalhar na confecção de seus produtos para venda. Além do espaço, também foi disponibilizado maquinário e capital de giro necessários para iniciar essa produção. Com isso, fortalecemos cada vez mais o empoderamento feminino.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Um destaque é o Festival Kizomba Integrante do Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) da Comunidade Quilombola Sumidouro, localizada na área de concessão do Complexo Edício Oitis. O festival é uma celebração regional que visa fortalecer a identidade e o patrimônio cultural (música e dança), promovendo a preservação e a continuidade de suas tradições. O festival é patrocinado pela Neoenergia desde 2024 e, desde então, também fortaleceu o relacionamento da comunidade com a Neoenergia. Com o patrocínio, doamos à comunidade sanfonas, instrumentos musicais tradicionais amplamente utilizados nas festividades locais.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- **Programa de Editais Transformando Energia em Cultura**, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, por meio da utilização de leis estaduais e federal, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo/Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, dirigido para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira.
- **5ª edição do Prêmio Inspirar**, que pela primeira vez teve foco exclusivo em lideranças femininas negras. A iniciativa superou os resultados das edições anteriores, alcançando quase 58 mil votos e registrando aumento de 58% nas inscrições. Com sua potência transformadora, o prêmio engajou comunidades e contribuiu para fortalecer vozes que ecoam nos territórios, promovendo impacto social e transformação de realidades. A edição de 2025 foi realizada com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura.
- **Caravana Energia da Cultura** que consiste em uma série de encontros presenciais de formação com aplicabilidade prática, com o objetivo de aprimorar técnicas e boas práticas na área da cultura, em Mossoró (RN), Feira de Santana (BA), Brasília (Distrito Federal) e Araras (SP), além de oferecer mentorias online para esses líderes, promovendo o intercâmbio entre gestores socioculturais e a formação de uma rede ativa.

Conectar Cultural é uma iniciativa realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), a fim de preservar, fortalecer e difundir o patrimônio cultural material do Recôncavo Baiano, contando também com a participação do meio acadêmico.

10.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

2025 representou um período de crescimento significativo para a organização. O Instituto desenvolveu e apoiou 17 programas e projetos sociais de impacto destacados em seu plano de atuação, com recursos próprios e incentivados. Dentre estes, podemos destacar o Transformando Energia em Cultura, Jogando Juntas e o Inédito Lumina Social, integrados por meio da uma Chamada de Editais bianual. O Instituto apoiou 94 novos projetos realizados com leis de incentivo estaduais e federais e acompanhou 67 iniciativas em execução por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto (NAPs) Cultura, Social e Esporte. Houve o crescimento de 46% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2024, utilizando doze leis de incentivo. A ampliação do escopo para contemplar as leis sociais federais e as novas leis de esporte destacadas resultou em um incremento relevante na atuação institucional, possibilitando maior alcance em regiões periféricas e fora dos grandes centros urbanos, promovendo a descentralização de recursos e fortalecendo o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Já com recursos próprios, em 2025 o Pontes para Educação reforçou seu compromisso com a educação pública, alcançando 317 escolas e mais de 78 mil pessoas. Com fóruns, seminários e 375 horas formativas, promoveu práticas inovadoras, protagonismo feminino e interiorização, transformando cada conexão em um propósito compartilhado.

Ainda em 2025, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, celebrou 10 anos de atuação. Ao longo do ano, foram realizadas 23 ações (workshops, treinamentos e voluntariado), a iniciativa protegeu 8.500 hectares, monitorou 6.056 aves de 18 espécies, incluindo quatro ameaçadas, e adaptou censos para três habitats principais. Além disso, beneficiou 902 pessoas diretamente, conectando saber técnico e tradicional por meio de cartografia social e educação ambiental.

O Observatório das Baixadas consolidou-se como referência na produção de conhecimento e inovação social. Com 16 pesquisas publicadas, quatro tecnologias desenvolvidas e presença ativa na COP30, promoveu autonomia, engajamento comunitário e diálogo técnico, conectando ciência, saber ancestral e justiça climática.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2025, foi a oitava edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Museu Histórico Lauro da Escóssia em Mossoró (RN) com a realização da ação de educação patrimonial nas escolas municipais e impactando mais de 240 adolescentes, além da intervenção cultural no dia da inauguração da nova iluminação, que destaca os elementos arquitetônicos desse importante patrimônio da cidade.

Ao longo de 2025, 37 líderes voluntários da Neoenergia dedicaram um total de 351 horas ao Programa de Aceleração Social Impacto ODS. A participação ativa desses líderes demonstra engajamento com iniciativas que promovem impacto positivo na comunidade e alinhamento com a estratégia de sustentabilidade da companhia.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000.

O investimento total do PEE em 2025 na Neoenergia Pernambuco foi de R\$ 24,8 milhões.

Entre as ações que merecem destaque em 2025 estão:

- a. **Projetos** com ação em comunidades populares com troca de mais de 61 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda.
- b. **Projeto Vale Luz**, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recidadas mais de 1,1 mil toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 829 mil na conta de energia elétrica de mais de 3,5 mil consumidores.
- c. **Projetos Educativos**, prioritariamente em escolas públicas, capacitando quase 3 mil professores e mais de 55 mil alunos da área de concessão da Neoenergia Pernambuco sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, além de mais de 11 mil pessoas de público avulso visitando o Espaço Aulas de Energia de Fernando de Noronha (reiniciando após reforma em set/25) e unidade móvel educativa em eventos públicos. Destaque para início de operação de nova unidade móvel.
- d. **Projetos de Eficientização** de 24 prédios públicos e comerciais assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde – hospitais e postos médicos, instituições filantrópicas etc.) na área de concessão da distribuidora, a exemplo de unidades da ALEPE, do Porto de Recife e da PRF, totalizando mais de 3,5 mil lâmpadas substituídas, além de 7 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 900,2 kWp e instalação de 1 sistema de armazenamento de energia no Hospital do Câncer de Pernambuco (HCP).
- e. **Projetos de Eficientização de Iluminação Pública** em 4 municípios de Pernambuco (Aliança, Camutanga, Cedro e Machados), com a substituição de mais de 1,3 mil pontos de IP por tecnologia LED.
- f. **Projeto de Eficientização de Empresas de Serviços Públicos** em 85 unidades com a troca de 17 mil lâmpadas por LED, a exemplo de unidades da Compesa e da CBTU e instalação de uma usina solar fotovoltaica flutuante no Açude do Xaréu em Fernando de Noronha, totalizando 622,25 kWp, em parceria com a Compesa.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	8.681	8.249
Custos		(6.753)	(6.571)
Custos com energia elétrica	4	(4.686)	(4.753)
Custos de construção	5	(1.082)	(861)
Custos de operação	6	(985)	(957)
Lucro bruto		1.928	1.678
Perdas de créditos esperadas	10.2	(1.338)	(1.078)
Despesas com vendas	6	(50)	(42)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(329)	(374)
Lucro operacional		1.350	1.083
Resultado financeiro	7	(1.097)	(989)
Receitas financeiras		176	130
Despesas financeiras		(1.133)	(947)
Outros resultados financeiros, líquidos		(140)	(172)
Lucro antes dos tributos		253	94
Tributos sobre o lucro	8.1.1	406	-
Corrente		19	-
Diferido		387	-
Lucro líquido do exercício		659	94
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19.2 (a)		
Ordinária		8,32	1,27
Preferencial A		9,30	1,27
Preferencial B		9,15	1,40

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	659	94
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	466	431
Baixa de ativos não circulantes	49	88
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	(406)	-
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	1.097	989
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(241)	(289)
Atrações de capital de giro		
Contas a receber de clientes e outros	(59)	12
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	19	(174)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(89)	469
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(11)	(23)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	10	117
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(41)	(53)
Outros ativos e passivos, líquidos	(175)	(81)
Caixa gerado nas operações	1.510	1.600
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(811)	(629)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(179)	(197)
Tributos sobre o lucro pagos	98	69
Juros pagos - Arrendamentos	(2)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	615	843
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(1.112)	(876)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(330)	(73)
Resgate de títulos e valores mobiliários	341	78
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.101)	(871)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.331	1.606
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(41)	(18)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.538)	(1.351)
Depósitos em garantias	-	1
Obrigações especiais	34	34
Pagamento de principal - Arrendamentos	(7)	(5)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3 (b))	176	(23)
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(101)	(1)
Aumento de capital	500	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	353	243
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(133)	215
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	953	738
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	820	953
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	14	11
Arrendamentos capitalizados	17	3

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	659	94
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	(32)	86
Hedge de fluxo de caixa	-	2
Títulos e valores mobiliários	19	9
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(21)	99
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	26	9
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(9)	(4)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	17	5
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(4)	64
Resultado abrangente do exercício	655	158

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	820	953
Contas a receber de clientes e outros	10	2.081	1.936
Títulos e valores mobiliários	11	16	16
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	7	209
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	1	1
Outros tributos a recuperar	8.2.1	413	358
Outros ativos circulantes		366	237
Total do circulante		3.695	3.710
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	116	124
Títulos e valores mobiliários		31	28
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	18	27
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	95	137
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.247	1.424
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	347	-
Depósitos judiciais	16.1 (c)	231	198
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	165	5.924
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	837	635
Direito de uso	18	19	9
Intangível	13	8.496	2.098
Total do não circulante		11.602	10.604
Total do ativo		15.297	14.314
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	867	636
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.132	1.692
Passivo de arrendamento		6	7
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	18	17
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	11	59	107
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	8.2	178	163
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3	305	265
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.2.2	174	102
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	73	98
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	479	399
Outros passivos circulantes		3.445	3.589
Total do circulante		85	76
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	85	76
Empréstimos e financiamentos	15.2	7.472	7.136
Passivo de arrendamento		17	9
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	98	97
Tributos sobre o lucro diferidos	8.2.2	10	5
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	-	42
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	1.168	1.369
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	194	155
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	15	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	161	163
Outros passivos não circulantes	17	48	53
Total do não circulante		9.268	9.102
Patrimônio líquido		2.584	1.623
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.297	14.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
			Outros resultados abrangentes	Reserva de legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	663	446	(3)	68	356	93	-	-1.623
Aumento de capital	500	-	-	-	-	-	-	500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	659	659
Outros resultados abrangentes	-	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Dividendos/JCP prescritos	-	-	-	-	-	-	2	2
Destinação do lucro líquido:								
Constituição/reversão de reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	(38)	501	(463)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(196)	(196)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.163	446	(7)	68	318	594	2	-2.584
Saldos em 31 de dezembro de 2023	663	446	(67)	68	356	114	-	-1.580
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	94	94
Outros resultados abrangentes	-	-	64	-	-	-	-	64
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	-	70	(70)	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(91)	(24)	(115)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	663	446	(3)	68	356	93	-	-1.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco - NEOENERGIA PERNAMBUCO (Companhia) concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife - Pernambuco - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA) e está registrada como Categoria "B", não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debenturas são negociadas através da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. Em 17 de setembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) assinou a antecipação da renovação da concessão, assegurando o direito de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, com vigência entre 30 de março de 2030 e 30 de março de 2060. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2060. A Neoenergia Pernambuco reafirma seu compromisso com a entrega de um serviço eficiente, sustentável e alinhado às melhores práticas do setor elétrico, garantindo qualidade contínua para consumidores cativos e livres com atuação, desde 2002. 1.1. **Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos de Distribuição de Energia Elétrica, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta a Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores da Companhia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Riscos financeiros e mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram a Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Este inclui as diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a Adefação natural a índices de preços nas receitas e custos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Commodities energéticas - Energia elétrica:** os preços das *commodities*

energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da subcontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o Catálogo de caixa em aplicações financeiras líquidas e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15), além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de ativos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.2. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes:** O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Rating's de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AAA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A+	-
Bank of America	-	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	AAA	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	AAA	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ (1)	A	A	A
Morgan Stanley	AAA	AAA	AAA
Safra	AAA	AAA	AAA
Santander	AAA	AAA	AAA
Sumitomo Mitsui	AAA	AAA	AAA
Votorantim	A+	AAA	AAA

(1) Mitsubish Bank - MUBFG possui *rating* somente em escala global. 1.1.3. **Risco regulatório; Ambiente regulatório:** A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades de natureza financeira, tais como multa, suspensão de atividades, redução de recursos, em decorrência de infração cometida. O novo termo aditivo ao contrato de concessão explicitou a vedação à Companhia praticar condutas anticompetitivas observada a legislação e a regulação da ANEEL, em especial no que se refere à abertura de mercado (clientes livres) ou em qualquer outra situação cuja conduta seja caracterizada como anticompetitiva ou abuso de poder de mercado, inclusive quando envolver partes relacionadas. **Equilíbrio econômico-financeiro das concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de reajustes de tarifas e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Diretriz de Regulação econômica e riscos associados, seguindo o rito regulatório específico e precedido de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PROREC (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais efetivos, remuneração adequada, entre outros) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é repor os custos das empresas reguladas dos resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, destacando a eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. O novo termo aditivo ao contrato de concessão permite a alteração de modelo de regulação econômica e riscos associados, seguindo o rito regulatório específico e precedido de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PROREC (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais efetivos, remuneração adequada,

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 587 (R\$ 444 em 31 de dezembro de 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 519 (R\$ 332 em 31 de dezembro de 2024) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 18 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção CCRBT, e (iv) R\$ 7 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção modalidade Eletrobras.

3.2. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2025	2024
CVA e neutralidade		
Energia (1)	330	117
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(86)	107
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	100	(60)
Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	44	(82)
Neutralidade de encargos setoriais (5)	21	(17)
PROINFA	5	-
Total	414	66

	2025	2024
Componentes financeiros e subsídios		
Repasso de sobrecontratação (6)	(210)	(499)
Risco hidrológico	13	(4)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(32)	(26)
Diferimento de reajuste	(10)	(21)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (7)	187	318
Impunidade de Distribuição sobre PIS e COFINS	18	19
Recomposição energia Termope	(27)	(40)
Bandeira escassez hídrica (9)	-	(128)
Arrecadação de encargo CDE	6	(13)
Neutralidade PIS/COFINS (10)	(2)	(16)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (11)	(49)	49
RTE Covid (nota 11)	56	22
Financeiro CDE GD (12)	20	5
Outros	5	5
Total	(39)	(284)
	375	(218)

(1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente à amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; (2) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL e referente à amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético - CDE, relativos às competências de janeiro a dezembro de 2025, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de recebimento na tarifa; (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão sobre PIS e COFINS, e referente à amortização dos saldos reconhecidos nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025; (5) CVA ativa referente ao Componente Financeiro previsto nos submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados na revisão tarifária de 2025; (6) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; (7) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, na revisão tarifária de 2025 R\$ (133) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2025, o valor ativo de R\$ 187 em contrapartida da redução da receita; (8) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modularidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2024 e os Descontos ANEEL nº 1.230/2024 e nº 1.530/2025, e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024 e 2025, sendo constituído pela Companhia o ativo de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2025; (9) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário de 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modularidade tarifária e mitigação das tarifas. Esse componente foi liquidado em abril de 2024; (10) Constituição de um passivo financeiro decorrente da neutralidade do valor de PIS/COFINS homologado no último processo tarifário com referência ao mercado faturado; (11) Constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Migração e Integração Distribuição Não Técnicas, definidos na Consulta Pública nº de 2024, e (12) Constituição ativa, referente ao Financeiro CDE GD estabelecido conforme REH nº 3.484/2025.

3.3. Outras receitas:

	2025	2024
Arrendamentos e aluguéis	144	123
Comissão serviços de terceiros	17	22
Renda da prestação de serviços	17	12
Serviço taxado	8	6
Administração de faturas de fraudes	8	6
c) Compensações regulatórias (1)	(15)	(3)
Total	177	167

(1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, que prevê a compensação em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços ou suspensão indevida.

3.4. Deduções de receita bruta:

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.878)	(1.853)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(865)	(833)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(9)	(7)
Total	(2.752)	(2.693)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(840)	(660)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(36)	(35)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(143)	(143)
Outros encargos (1)	(45)	(44)
Total	(1.064)	(792)
	(3.816)	(3.485)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE. 3.5. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, o que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação do serviço. A mensuração é realizada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada conforme o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia consumida pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia comercializa energia elétrica em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cuja negociação é direta entre as partes por meio de contratos bilaterais, com preços e condições livremente pactuados; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há comercialização para agentes distribuidores, conforme regras regulatórias aplicáveis. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação item como característico de vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com o qual o cliente e a entidade e a Companhia possuiu direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidas no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamentos críticos: A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, a partir do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é zero (0%). Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Compra por revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	11.030	10.290	(2.791)	(2.344)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(551)	(306)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	(2)	(1)	(1)
Contratos por cotas de garantia física (4)	1.819	2.140	(357)	(376)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	-	1.264	-	(550)
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra II	458	463	(143)	(160)
Energia MMGD (6)	409	354	(58)	(91)
Outros	218	225	(113)	(92)
Subtotal	13.934	14.734	(4.034)	(4.086)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	32	32
Total	13.934	14.734	(3.710)	(3.758)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica	(778)	(728)		
Encargos de conexão	(52)	(56)		
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (7)	29	(46)		
Encargo de Energia de Reserva - EER (8)	(250)	(257)		
Outros encargos	(5)	(6)		
Subtotal	(1.076)	(1.097)		
Créditos de PIS e COFINS	100	102		
Total	(976)	(995)		
Total dos custos com energia elétrica			(4.686)	(4.753)

(*) Não auditado.
 PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (1) A variação do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do início de novos contratos do 30º Leilão de Energia Nova e reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 29 de abril de 2025. (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do NE de 2025 (176,60 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2024 (118,33 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (dominância virtual); (3) Redução decorrente de ajustes financeiros de recomtabilizações de anos/meses anteriores; (4) A redução é decorrente da descolocação da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/IME, de 12 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2025 (REH nº 3.142/2025) em dezembro de 2022) em relação a 2024; (5) A redução é decorrente do término da vigência do contrato da Termopernambuco (14 de maio de 2024); (6) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica; (7) Redução do custo com ESS Brasil devido as contabilizações dos meses de março e abril/2025, em que a CCEE apontou a existência de um excedente financeiro no setor elétrico. Esse saldo positivo foi gerado, principalmente, pela diferença do PLD entre os submercados, o que possibilitou o alívio financeiro para os agentes com perfil consumo (distribuidoras). O excedente contribuiu para mitigar exposições financeiras negativas e encargos nos referidos meses. Além disso, permitiu a cobertura integral do alívio retroativo. O valor total do crédito referente a esse alívio foi de aproximadamente R\$ 1.483 distribuído proporcionalmente entre os agentes com base no consumo de cada um; e (8) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do aumento do PLD em 2025, comparado com 2024.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(122)	(122)
Material	(465)	(367)
Serviços de terceiros	(14)	(11)
Juros sobre obras em andamento	(18)	(11)
Outros	33	33
Obrigações especiais	(1082)	(861)
Total	(1.082)	(861)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		2024	
	Custos de operação com vendas	Despesas (despesas) administrativas	Custos de operação com vendas	Despesas (despesas) administrativas
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(242)	(37)	(147)	(426)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(301)	(13)	(117)	(431)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(383)	-	(71)	(454)
Combustível para produção de energia	(19)	-	-	(19)
Provisão para processos judiciais	-	-	(48)	(48)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-	(5)	(6)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(39)	-	63	24
Total	(985)	(50)	(329)	(1.364)
			1.264	
	2025		2024	
	Custos de operação com vendas	Despesas (despesas) administrativas	Custos de operação com vendas	Despesas (despesas) administrativas
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(261)	(24)	(150)	(435)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(282)	(18)	(96)	(396)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(352)	-	(68)	(420)
Combustível para produção de energia	(17)	-	-	(17)
Provisão para processos judiciais	-	-	(36)	(36)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(6)	(6)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(45)	-	63	24
Total	(957)	(42)	(374)	(1.373)

(1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente à amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; (2) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL e referente à amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético - CDE, relativos às competências de janeiro a dezembro de 2025, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de recebimento na tarifa; (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão sobre PIS e COFINS, e referente à amortização dos saldos reconhecidos nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025; (5) CVA ativa referente ao Componente Financeiro previsto nos submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados na revisão tarifária de 2025; (6) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; (7) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, na revisão tarifária de 2025 R\$ (133) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2025, o valor ativo de R\$ 187 em contrapartida da redução da receita; (8) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modularidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2024 e os Descontos ANEEL nº 1.230/2024 e nº 1.530/2025, e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024 e 2025, sendo constituído pela Companhia o ativo de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2025; (9) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário de 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modularidade tarifária e mitigação das tarifas. Esse componente foi liquidado em abril de 2024; (10) Constituição de um passivo financeiro decorrente da neutralidade do valor de PIS/COFINS homologado no último processo tarifário com referência ao mercado faturado; (11) Constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Migração e Integração Distribuição Não Técnicas, definidos na Consulta Pública nº de 2024, e (12) Constituição ativa, referente ao Financeiro CDE GD estabelecido conforme REH nº 3.484/2025.

6.1. Pessoal e benefícios a empregados:

	2025	2024
Remunerações	(203)	(207)
Encargos sociais	(91)	(92)
Auxílio alimentação	(62)	(63)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(32)	(35)
Provisão para férias e 13º salário	(43)	(44)
Plano de saúde	(77)	(77)
Participação nos resultados	(44)	(41)
(-) Transferências para ordens (2)	143	145
Outros	(17)	(9)
Total	(426)	(435)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; e (2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2. Serviços de terceiros:

	2025	2024
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(81)	(78)
Agente arrecadador e credenciado	(14)	(20)
Corte, ligação e religação	(39)	(42)
Atendimento e teleatendimento	(21)	(25)
Serviços técnicos e manutenções	(86)	(82)
Podas de árvore e limpeza faixa	(27)	(13)
Cobrança adm. e negativação	(7)	(5)
Trabalho de formação	(41)	(38)
Serviços jurídicos	(22)	(12)
Consultoria e auditoria	(1)	(2)
Comunicação	(2)	(2)
Encerramento de ordem - Custo serviço prestado	(19)	(20)
Vigilância	(5)	(6)
Assessoria de cobrança	(7)	(7)
Outros	(14)	(20)
Subtotal	(436)	(400)
Crédito PIS/COFINS	5	4
Total	(431)	(396)

6.3. Depreciação e amortização:

	2025	2024
Quota de depreciação e amortização	(461)	(428)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	(5)	(3)
Subtotal	(466)	(431)
Crédito PIS/COFINS	12	12
Total	(454)	(420)

6.4. Outras receitas e despesas, líquidas:

	2025	2024
Seguros	(4)	(4)
Propaganda e publicidade	(7)	(10)
Multa inadimplência/contratual	74	72
Perdas/alienação/desativação	36	(39)
Material	(74)	(69)
Outros	(1)	(9)
Total	24	(59)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	98	69
(-) Tributos sobre receita financeira	(13)	(13)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	78	64
Atualização de depósitos judiciais	13	13
Total	176	130

Despesas Financeiras

Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(951)	(768)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(1)	(6)
Atualização do passivo financeiro setorial	(39)	(16)
Atualização de provisões para processos judiciais	(32)	(51)
Outras despesas financeiras	(10)	(10)
Total	(1.133)	(851)

	2025	2024
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(232)	(634)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	346	331
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(443)	(300)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	195	433
Perdas com variações cambiais e monetárias	(148)	(133)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	152	131
Total	(140)	(172)
Resultado financeiro líquido	(1.097)	(989)

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactado pelo aumento do custo médio da dívida; e (2) Redução cambial em comparação aos doze meses do ano

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	566	(836)	(270)
Constituição (1)	804	(506)	298
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(361)	438	77
Atualização monetária	46	(85)	(39)
Transferências (3)	(442)	156	(286)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	613	(833)	(220)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.302	(1.087)	215
Constituição	740	(633)	107
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(794)	470	(324)
Atualização monetária	42	(58)	(16)
Transferências	(724)	472	(252)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(598)	(598)	(598)

(1) Em 2025, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 298, com destaque para a CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários; (2) Em 2024, a Companhia amortizou o montante de R\$ 77, decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2024 e 2025; e (3) O efeito líquido refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados, decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

11.4. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os ativos e passivos financeiros setoriais são julgados na diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela A), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1), e os ativos financeiros contábeis são mensurados ao custo amortizado por meio de um período de amortização de 30 anos de glosa pelo poder concedente. Os direitos e obrigações originados por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída, que injetam energia na rede, excedem a quantidade necessária para abater o próprio consumo naquele período equivalente a um crédito de energia, que é reconhecido como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modalidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante do ativo e passivo a restituir é reconhecido como custo de energia. Estimativas e julgamentos críticos: O valor presente dos direitos e obrigações será liquidado no próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão, eventuais saldos não recuperados ou não repassados serão incluídos na base de indenização prevista para o encerramento da concessão, por qualquer motivo. A Companhia, com suporte de assessores econômicos e regulatórios, revisa anualmente as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente. Os direitos e obrigações relacionados à microgeração ou minigeração distribuída são determinados com base no preço médio de compra da energia no período de injeção na rede elétrica.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui o direito de exploração da área de concessão pelos próximos 34,5 anos, dos quais os últimos 30 anos estão vinculados ao direito de uso da infraestrutura entre 30 de março de 2030 a 30 de março de 2060, prorrogado antecipadamente em 17 de setembro de 2025. A concessão não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, haverá a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e direitos vinculados à infraestrutura necessária à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1. Ativo financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro. O direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (j)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	5.924	4.951
Baixas	(8)	(47)
Transferência ativo contratual (1)	435	72
Transferência ativo intangível (2)	(6.427)	4
Ajustes a valor justo (3)	241	289
Saldo final do exercício	165	5.924
Ativo não circulante	165	5.924

(1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como ativo de contrato; (2) Em 17 de setembro de 2025, a Companhia exerceu o direito de prorrogar antecipadamente a concessão por mais 30 anos, até o período que se encerra em 17 de setembro de 2025. A concessão não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, haverá a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e direitos vinculados à infraestrutura necessária à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. **12.1. Ativo financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro. O direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (j)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	635	695
Adições (1)	1.002	852
Baixas	(5)	(8)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(465)	(271)
Transferências - ativos financeiros (1)	(435)	(727)
Transferências - outros	15	92
Saldo final do exercício	837	635
Custo	807	(41)
Obrigações especiais	(30)	(41)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. **12.2. Política contábil material e julgamentos críticos:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: a) Política contábil material: De acordo com os contratos de concessão. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço regulado através do mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão contém base e fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. • Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da natureza dos investimentos condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. b) Estimativas e julgamentos críticos: Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	635	695
Adições (1)	1.002	852
Baixas	(5)	(8)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(465)	(271)
Transferências - ativos financeiros (1)	(435)	(727)
Transferências - outros	15	92
Saldo final do exercício	837	635
Custo	807	(41)
Obrigações especiais	(30)	(41)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. **12.2. Política contábil material e julgamentos críticos:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: a) Política contábil material: De acordo com os contratos de concessão. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço regulado através do mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão contém base e fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. • Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da natureza dos investimentos condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. b) Estimativas e julgamentos críticos: Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	2025	2024
Concessão	4.487	2.098
Taxa de amortização a.a.	2.098	2.098
Saldo em 31 de dezembro de 2024	441	(41)
Baixas	(453)	(453)
Amortização	6.427	465
Transferências - ativo financeiro (1)	465	6.427
Transferências - ativo contratual (2)	465	465
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.496	4.487
Custo	13.336	4.509
Amortização acumulada	(4.509)	(331)
Obrigações especiais	(331)	(331)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.288	(37)
Baixas	(37)	(425)
Amortização	(425)	(425)
Transferências - ativo financeiro	271	271
Transferências - ativo contratual	271	271
Transferências - outros	5	5
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.098	6.365
Custo	6.365	(4.137)
Amortização acumulada	(4.137)	(130)
Obrigações especiais	(130)	(130)

(1) A Companhia detém o direito de exploração da área de concessão por dois períodos de concessão consecutivos de 30 anos, sendo o último período prorrogado antecipadamente em 17 de setembro de 2025. O 1º período abrange a prestação dos serviços públicos na área concedida até 29 de março de 2030, enquanto o 2º período garante esse direito de 30 de março de 2030 a 30 de março de 2060. Para mais detalhes veja a nota explicativa nº 12 e nota explicativa nº 1. e (2) Referem-se a direitos classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment). Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia detém o direito de exploração da área de concessão por dois períodos consecutivos de 30 anos, sendo o último período prorrogado antecipadamente em 17 de setembro de 2025. O 1º período abrange a prestação dos serviços públicos na área concedida até 29 de março de 2030, enquanto o 2º período garante esse direito de 30 de março de 2030 a 30 de março de 2060 (veja nota explicativa nº 12). No julgamento crítico da Administração, a prorrogação resultou no reconhecimento de dois ativos intangíveis distintos, e não de um único direito contínuo, pois: (i) a prorrogação não ocorreu de forma automática nem foi baseada em experiência anterior; e (ii) envolveu consideração substancial (ativo financeiro), indicando que o custo de renovação é significativo em relação aos benefícios econômicos futuros a serem potencialmente gerados por este direito de outorga. Essa abordagem reflete a essência econômica da transação e assegura que os ativos sejam mensurados separadamente, conforme os direitos e obrigações associados ao novo período concessório. O direito de outorga referente ao 2º período será amortizado somente a partir do início do respectivo período de concessão. Em 17 de setembro de 2025, os ativos intangíveis vinculados ao 1º e 2º períodos de concessão totalizam R\$ 1.740 e R\$ 6.756, respectivamente.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Energia elétrica	497	375
Encargos de uso da rede	101	111
Materiais e serviços	269	150
Energia livre (1)	95	75
Total	962	711
Circulante	887	636
Não circulante	75	76

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos respectivos consumidores de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos bancários	417	1.304
Agências de fomento	1.537	1.962
Mercado de capitais	6.650	5.560
Empréstimos e financiamentos (1)	8.604	8.828
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	114	(113)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(820)	(953)
Títulos e valores mobiliários	79	79
Dívida líquida	7.860	7.718

(1) Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos estão apresentados líquidos (dos depósitos em garantias R\$ (2)) (R\$ 2) em 31 de dezembro de 2024), nota 15.2 (a), vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$). A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	2025	2024
Denominados em R\$	7.744	6.962
Indexados a taxas flutuantes	6.337	6.272
Indexados a taxas fixas	1.407	590
Denominados em US\$	417	1.305
Indexados a taxas fixas	417	1.305
Denominados em outras moedas	529	720
Indexados a taxas fixas	529	720
Total	8.690	8.887
(-) Depósitos em garantia	(2)	(2)
(-) Custos de transação	(84)	(57)
Passivo circulante	8.604	8.828
Passivo não circulante	7.472	7.136

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2025	2024
Custo médio em % CDI (1)	87,6%	102,0%
Custo médio em taxa pré (2)	12,7%	11,1%
Saldo da dívida	8.604	8.828
Instrumentos financeiros derivativos	114	(113)
Total	8.718	8.715

(1) Custo médio em taxa pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e (2) Resultado líquido acumulado 12 meses dividido pelo saldo médio dos últimos 13 meses da dívida líquida. b) Fluxo de pagamentos futuros da dívida: O fluxo de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2025	1.041	829	94	1.964
2026	1.184	679	30	1.893
2027	1.479	588	17	2.084
2028	1.479	588	17	2.084
Entre 2029 e 2035	1.121	294	5	1.420
Entre 2036 e 2045	2.767	1.001	(66)	3.702
Entre 2036 e 2045	670	152	-	822
Total	9.329	3.917	95	13.341

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados às datas contratadas. O montante inclui valores dos últimos 13 meses da dívida líquida de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,46 anos (4,51 anos em 31 de dezembro de 2024). c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	8.828	8.137
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	1.331	1.606
Amortizações de principal	(1.538)	(1.351)
Custo de captação	(41)	(18)
Pagamento de encargos de dívida	(81)	(629)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	-	1
Encargos incorridos	949	779
Variação cambial	(183)	386
Marcação a valor justo	69	(83)
Total	8.604	8.828

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia captou o montante de R\$ 1.331, sendo: (i) R\$ 31 via 15ª emissão de debêntures com prazo final de até 7 anos; (ii) R\$ 700 via 16ª emissão de debêntures com prazo final de até 7 anos; e (iii) R\$ 600 via 17ª emissão de debêntures com prazo final de até 5 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 1.806, pela Companhia foram: (i) R\$ 436 via 13ª emissão de debêntures com prazo final em até 10 anos; (ii) R\$ 500 via 14ª emissão de debêntures com prazo final em até 5 anos; e (iii) R\$ 670 via 15ª emissão de debêntures com prazo final em até 6 anos. d) Linhas de crédito:

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	18/07/2026	100

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito, em 31 de dezembro de 2025, é de 0,58% a.a. (0,45% a.a. em 31 de dezembro de 2024) sobre o montante total. e) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 93% dos contratos de dívidas que contém cláusulas de covenants que são apurados na controladora. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJUIDA - Lucro Antes dos Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

Limites contratual	Medição em	Medição em
Inferior (1)	2025 (2)	2024 (2)
≥ 4,0	3,41	3,45
≤ 2,0	2,46	2,51

(1) Cada contrato de covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.2.1. Política contábil material: As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registrados pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros) pelo valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do custo de aquisição desses custos em diretamente relacionado ao ativo líquido. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. **15.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e risco de crédito, envolvendo repetição de inócuos, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. A swap de taxa, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	2025	2024
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(12)	228
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(106)	(33)
Swap de taxa, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:	4	(83)
Total	(114)	113

15.2.1. Política contábil material: As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registrados pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros) pelo valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do custo de aquisição desses custos em diretamente relacionado ao ativo líquido. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretend

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE. **Recife - PE.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidos quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suportados; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e de disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia**

elétrica: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultam em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras em andamento e da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão relacionado à prorrogação da concessão ocorrida no ano corrente. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual da Companhia. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 12/02/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/12/NEOPERNAMBUCO1587622312022026.pdf>
Hash: 1770845521baf45c9861324486861d83e698aa6ed9